

**SUA FALA, SUA HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DA EXPERIÊNCIA
DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**

**YOUR SPEECH, YOUR STORY: A CONTENT ANALYSIS OF THE EXPERIENCE
OF WOMEN IN SITUATIONS OF VIOLENCE**

Gabriela Braguim

Lucas Pellegi Gomes

Orientadora: Martha Ethel Steytler

RESUMO

A violência contra a mulher foi tolerada por muito tempo na sociedade, visto que as relações sociais eram estabelecidas em um sistema patriarcal, categorizando a violência como uma forma de exercício de poder, enraizada na desigualdade de gênero e na dominação masculina. Tal estrutura contribuiu para a definição de papéis rígidos de gênero e perpetuou estereótipos que aumentavam a vulnerabilidade das mulheres à violência, causando danos em suas vidas. Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo conhecer as estratégias de enfrentamento utilizadas por mulheres, identificar os tipos de violência vivenciados, entender seus impactos psicológicos e comportamentais, e analisar se a condição financeira as tornava mais suscetíveis à violência. A pesquisa é qualitativa, com coleta de dados realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, utilizando uma amostra de conveniência com três participantes, todas mulheres acima de 18 anos em situação de violência. Seguiu todos os protocolos éticos necessários e utilizou a técnica de análise de conteúdo para organização dos dados. Os resultados trouxeram informações e propostas relevantes para as áreas de educação, saúde e assistência social, com foco na atuação de profissionais que atendem mulheres vítimas de violência, incentivando a reflexão sobre práticas de atendimento e desenvolvimento de estratégias de intervenção e prevenção.

Palavras-Chaves: violência; mulher; gênero; vulnerabilidade.

ABSTRACT

Violence against women was tolerated for a long time in society, as social relationships were established within a patriarchal system, categorizing violence as a form of power exercise, rooted in gender inequality and male domination. This structure contributed to the definition of rigid gender roles and perpetuated stereotypes that increased women's vulnerability to violence, causing harm to their lives. Given this, the present study aimed to understand the coping strategies used by women, identify the types of violence experienced, comprehend their psychological and behavioral impacts, and analyze whether financial conditions made them more susceptible to violence. The research was qualitative, with data collected through semi-structured interviews, using a convenience sample of three participants, all women over 18 years old in situations of violence. It followed all necessary ethical protocols and used content analysis techniques to organize the data. The results provided relevant information and proposals for the fields of education, health, and social assistance, focusing on the work of professionals who assist women victims of violence, encouraging reflection on care practices and the development of intervention and prevention strategies.

Keywords: violence; woman; gender; vulnerability.

INTRODUÇÃO

As relações sociais se dão através de um processo de construção de estrutura social, sendo a violência uma das maneiras de se impor o poder nesta estrutura (Piosiadlo; Fonseca; Gessner, 2014). Dito isso, entende-se que a violência contra a mulher foi construída em relações de poder com base na desigualdade de gênero, tendo a imposição da figura masculina na dominação, estabelecendo a construção de uma sociedade patriarcal, em que o poder que o homem experiencia nesse tipo de relação lhe concede o direito, ou ao menos, uma tolerância, em aplicar punições em desvios que lhe são considerados (Ávila; Areosa, 2023).

Concomitantemente, a construção de uma estrutura social baseada no patriarcado, fomenta a delimitação de representações sociais, de maneira a estabelecer papéis para os gêneros na sociedade, como característicos de funções biológicas, tornando rígido suas funções e comportamentos: ao feminino, é intitulado a postura passível, frágil e submissa, enquanto ao

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

masculino, a força bruta, autonomia e dominação. Tais estereótipos contribuem para a desigualdade dos gêneros, enfatizando crenças que controlam não só os papéis sociais, mas também como os atributos psicológicos, incentivando que a mulher seja mais suscetível a violência.

Há uma estrutura comum, um arcabouço de status – que cria relações de poder assimétricas e hierarquicamente ordenadas - também conhecido como patriarcado. Este engendra uma verticalização dos gêneros não apenas real, ao atuar como um paradigma da força bruta, mas simbolicamente, nas representações sociais (Brasil, 2012).

Experienciar a violência significa estar exposta a comportamentos agressivos de outrem, sendo vítima em uma situação de interação social, portanto entendemos a agressão como: “qualquer comportamento cuja finalidade é causar dano a outrem” (Rodrigues, 1986 p. 316). Estes comportamentos apresentados pelo violentador podem ter origem em um instinto agressivo do sujeito, serem resultantes da conjugação de aprendizagem ou em fatores situacionais; consideremos como componentes dos fatores situacionais as questões de cunho sociológico, por exemplo: pobreza, opressão, relações de poder, obediência a ordens etc.; questões de cunho biológico, por exemplo: lobo frontal e controle inibitório afetados, produção excessiva de adrenalina, hiperfunção da glândula tireóide, etc.; e também questões da esfera psicológica, por exemplo: transtornos com sintomas externalizantes, pânico, etilismo, consumo de substâncias e abstinência, frustração, provocação etc. (Rodrigues, 1986).

Portanto, conforme parágrafo anterior, compreende-se que, apesar da forte vinculação e influência das relações de poder historicamente desiguais entre os gêneros com a violência contra a mulher, torna-se necessário ressaltar que a violência não é de fonte única, mas sim múltipla (Minayo, 2006, p. 13). Logo, ao se pensar sobre a violência, é necessário visualizá-la em contexto mais amplo, perpassando por influências de distintos fatores, de modo a se relacionar além das questões desiguais dos gêneros, considerando aspectos como os individuais, relacionais, ambientais, culturais e socioeconômicos (Leite *et al.*, 2021).

Quando percorremos sobre o histórico da violência, visualizamos as primeiras publicações voltadas ao contexto de violência intrafamiliar, com crianças sendo as vítimas e as mulheres, muitas vezes, sendo conferidas como agressoras. Todavia, o que os estudos não averiguaram eram as condições e contextos às quais essas mulheres se encontravam perante a violência, sendo somente no ano de 1970 que o termo violência contra a mulher foi designado e os estudos passaram a visualizar as relações de gêneros como base da violência. Sendo assim, o termo passou a se designar, de acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará – ONU), como

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

“qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na privada.”.

Posto isso, entende-se o porquê da violência contra a mulher ter sido justificada por muito tempo pela imposição do masculino perante o feminino, caracterizada como submissão ao gênero dominante, principalmente a violência em contexto familiar, onde “briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, tornando uma temática de âmbito individual e não social. Foi somente com as contribuições do movimento feminista que a luta em busca do direito das mulheres começou a ser visualizada como luta pelo direito humano, ganhando visibilidade pela sociedade, que passou a não mais aceitar tais agressões como antes. Além disso, contribuiu na ampliação da violência contra a mulher para além de agressões em contexto intrafamiliar, como assédios sexuais em espaços públicos, estupro por estranhos, tráfico de mulheres entre outras (Schraiber *et al.*, 2005).

Considerando a contribuição de Aroldo Rodrigues para a temática da violência e agressão, discutidas em parágrafos anteriores, observa-se a intrínseca relação com a definição de violência doméstica e familiar contra a mulher apresentada pela Lei Nº 11.340 (Lei Maria da Penha, popularmente) da constituição do Brasil de 1988 em seu Art. 5º: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006). Sendo assim, entendemos que o comportamento agressivo e violento direcionado às mulheres fere o regimento legal de nosso país, marca a vida da vítima de forma negativa, pode gerar impactos psicológicos e, também, viola os Direitos Humanos, como afirma a Lei Maria da Pena em seu Art. 6º: “A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos” (Brasil, 2006).

Apesar dos avanços nos direitos femininos, a violência contra a mulher permanece como um desafio, visto que muitas mulheres enfrentam desafios para se reconhecerem como vítimas de violência e consequentemente efetuar denúncias, seja pela natureza multifacetada do termo violência, que abrange distintas formas de manifestações, dificultando o seu reconhecimento, como pela invisibilidade das suas causas e consequências no quesito social, tornando de responsabilização individual e não da sociedade como um todo, contribuindo na perpetuação de um ciclo silencioso e de impunidade.

A visibilidade seria, então, tomar a violência contra a mulher, em todos os ângulos – dos interpessoais ou éticos aos políticos –, como violação dos direitos humanos da pessoa mulher. Seria também tomá-la como questão de gênero na sociedade: trata-se, em todos os seus matizes – dos interpessoais e/ou afetivos na vida privada às relações do e no espaço público –, de uma perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres como indivíduos sociais e sujeitos de direitos (Schraiber *et al.*, 2005, p. 36.).

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Percorrer a temática da violência contra a mulher implica em trazer questões de gênero como componentes da discussão e compreensão da questão. A discussão sobre gênero remonta de décadas e passou por modificações no seu entendimento, antes gênero era entendido como um sinônimo de sexo, com enraizamento nas noções dispostas pelas ciências biológicas; na modernidade acadêmica entendemos gênero como um construto, nas palavras de uma das maiores pesquisadoras do assunto, Judith Butler:

[...] o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2018).

Entende-se que violência contra a mulher é uma forma de violência de gênero, a discrepância de poder social ofertada aos diferentes gêneros se pauta no regimento do patriarcado em nossa sociedade. “Cabe destacar que o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social” (Narvaz; Koller, 2006, p. 50.). A violência de gênero e as violações dos direitos das mulheres são perpetuadas por fatores culturais, que se associam ao patriarcado presente na estrutura social brasileira, fomentando opressões e desigualdades para o gênero feminino a tal ponto que algumas correntes feministas consideram que a gênese da violência contra a mulher é o patriarcado (Narvaz; Koller, 2006).

Dito isso, as questões de violência de gênero e violência contra a mulher no Brasil se tornam de importante foco aos estudos científicos na grande área das Ciências Humanas e Ciências Sociais, pois assim pode-se explorar e familiarizar com esta temática, entender como o fenômeno social da violência se dá, quais suas principais vítimas bem como compreender maneiras de intervir para a construção de uma melhor, e mais igualitária, sociedade para as mulheres. Os estudos científicos com temática de violência contra a mulher estão presentes, e são incentivados, na Lei Maria da Penha em seu artigo 8º e inciso II: “a promoção de estudos e pesquisas, (...) com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, (...) para a sistematização de dados, (...) e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas” (Brasil, 2006); consideremos também os dizeres do inciso IX do mesmo artigo: “o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.” (Brasil, 2006) como forma de destacar a importância da temática ser apresentada e incluída nos diferentes níveis de estudo formalizado.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Considerando, novamente, o artigo 8º da Lei Maria da Penha que em seu inciso V afirma: “a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres” (Brasil, 2006) consolida a justificativa de realização deste Trabalho de Conclusão de Curso e a pesquisa com temática da violência contra a mulher, pois compreender a violência contra a mulher, através dos conhecimentos acadêmicos e vivências das mulheres participantes da pesquisa em questão, colabora para a proposição de ações sociais em prol da igualdade de gênero tal quanto formas de auxiliar as mulheres em situação de violência. Explorar este tema também se alinha aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda para 2030 proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), que em seu 5º item destaca: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; objetivo que visa uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa a todas as cidadãs.

Os objetivos de uma pesquisa constituem os principais conhecimentos que se deseja transmitir ao leitor do trabalho, os quais são delineados e fundamentados através dos métodos utilizados.

OBJETIVOS

Compreender as experiências de violências junto às mulheres que as vivenciam, almejando perpassar pelos tópicos a seguir:

- Investigar os tipos de violências presentes no cotidiano das mulheres participantes da amostra da pesquisa;
- Investigar como a condição socioeconômica de uma mulher a torna mais suscetível à violência;
- Investigar os impactos psicológicos e comportamentais em mulheres vítimas de violência;
- Investigar os recursos de enfrentamento das mulheres vítimas de violência.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada, almejando atingir os objetivos propostos, a partir dos pressupostos de um estudo exploratório, que, segundo Gil (2010, p. 27), “as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

O procedimento técnico escolhido foi o de pesquisa de campo, que, alinhado ao método do estudo exploratório, proporcionou uma melhor compreensão da problemática abordada e “procuram muito mais um aprofundamento das questões estudadas” (Gil, 2008 p. 57), a partir das variáveis qualitativas obtidas em entrevista semiestruturada. Para a análise dos dados, os pesquisadores se muniram da análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin, que possui três etapas características do modelo proposto: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação (Bardin, 2016).

Participantes

A pesquisa foi realizada através de uma amostra de conveniência que contou com três participantes. Como critérios de inclusão, foram considerados: serem maiores de 18 anos, serem mulheres, estarem em situação de violência – ou seja, a(s) violência(s) ainda estava(ão) presente(s) na dinâmica relacional. Optou-se por não especificar previamente os tipos de violência, para que, assim, elas surgissem no relato das entrevistadas e pudessem ser discutidas posteriormente na seção de análise e discussão dos dados.

Para a inclusão das participantes, além dos critérios supracitados, elas deviam ser atendidas por uma OSC focada no atendimento social de mulheres e participaram unicamente mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), desenvolvido pelos pesquisadores.

Instrumentos

A realização da pesquisa contou com fontes primárias de informação das participantes, baseadas nos relatos obtidos por meio de entrevista semiestruturada, que norteou a conversa nos aspectos mais importantes e condizentes com os objetivos da pesquisa. Todavia, permitiu

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

que os pesquisadores explorassem e/ou se aprofundassem em questões que surgiram nos diálogos, aproveitando a sensibilidade e o conhecimento deles para complementar o conteúdo.

Aspectos éticos e procedimento de coleta de dados

A pesquisa foi submetida a uma avaliação no Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Barão de Mauá (CEPBM) de Ribeirão Preto/SP. Somente após a aprovação do comitê, os pesquisadores entraram em contato com as participantes para agendar a entrevista, que foi realizada no espaço da OSC que as atendia. As participantes foram esclarecidas sobre a pesquisa e seus objetivos, sobre o anonimato e sigilo, além de serem informadas de que poderiam desistir de sua participação a qualquer momento, mesmo após terem aceitado participar, e recusar responder a perguntas que as incomodassem, sem que isso lhes acarretasse nenhum tipo de prejuízo.

É válido mencionar que as participantes não tiveram nenhum custo associado à participação na pesquisa, tendo o direito de solicitar indenização por possíveis danos e serem ressarcidas por gastos com transporte e alimentação relacionados à sua participação. Possuem o direito de recebimento claro das informações do estudo, à possibilidade de esclarecer dúvidas em qualquer momento da pesquisa e à liberdade de tomar o tempo necessário para decidir se desejavam participar ou não. Em caso de danos decorrentes da participação, elas podem receber assistência gratuita pelo tempo necessário. Por fim, as participantes receberam uma via assinada do documento e, após a conclusão da pesquisa, podem ter conhecimento dos resultados.

Procedimento de análise de dados

Para a realização da análise e discussão dos dados obtidos sob a ótica da análise de conteúdo, foi realizada a transcrição integral das entrevistas para compor o *corpus* da pesquisa. As entrevistas foram “*audiogravadas*”, com o devido consentimento, para possibilitar a transcrição. Com isso, foi possível ler e reler o conteúdo das entrevistas, propondo as categorias e eixos temáticos da análise de conteúdo, de modo a compreender o fenômeno da violência na vida das mulheres participantes da amostra. Além disso, a gravação garantiu que não houvesse distorções ou interpretações equivocadas, proporcionando uma análise dos dados coletados de forma fidedigna.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas realizadas para esse artigo ocorreram, como citado na seção Método, em OSC que atende mulheres que foram e que são vítimas de violência. Seguindo os critérios de inclusão da pesquisa, convidamos mulheres em situação de violência para participarem, sendo manifestado três interesses para participação, enquanto outras optaram por não se manifestar, vide a sensibilidade do assunto a ser trabalhado e os recursos psicológicos de cada uma em lidar com a violência naquele momento. Portanto apresentaremos as mulheres participantes da pesquisa, com nome fictício para preservação do sigilo, no Quadro 1 a seguir, juntamente de algumas características socioeconômicas.

Quadro 1 – Participantes da pesquisa e dados socioeconômicos

NOMES FICTÍCIOS	MARIA	VERA	CECILIA
Idade:	41 anos	39 anos	41 anos
Número de filhos (as):	2	1	1
Sempre teve renda própria?	Sim	Sim	Não
Trabalha atualmente?	Sim	Sim	Sim
Profissão	Motorista de aplicativo	Gerente de posto de conveniência	Nutricionista
Status civil:	Solteira	Solteira	Divorciada
Tempo de união com o violador:	12 anos	19 anos	11 anos
Reside com o violador?	Não	Sim	Não

Fonte: Elaboração própria

Dada a realização das entrevistas, seguimos a análise dos resultados em concordância com a Análise de Conteúdo proposta por Bardin e suas três etapas: a pré-análise, cujo intuito é a organização dos dados coletados e a seleção das entrevistas realizadas como *corpus* de análise; a exploração do material, momento em que os pesquisadores se apropriam dos conteúdos que surgiram nos discursos; e o tratamento dos resultados, etapa cuja finalidade consiste em iniciar a categorização dos conteúdos em categorias iniciais e, posteriormente, em categorias finais (Oliveira, 2008).

Analisando os conteúdos comuns apresentados pelas participantes durante as entrevistas, os pesquisadores propuseram 15 categorias iniciais que contemplam tais conteúdos e, durante a terceira etapa de tratamento dos resultados, desenvolveram conceitos norteadores para servirem como eixo dentre as categorias iniciais aglomerando-as em três categorias finais que serão exploradas e discutidas nesta pesquisa. Tais categorizações são apresentadas no Quadro 2 a seguir.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Quadro 2 – Categorizações para realização da Análise de Conteúdo.

CATEGORIA INICIAL	CONCEITO NORTEADOR	CATEGORIA DE DESFECHO
1. Moral 2. Psicológica 3. Patrimonial 4. Física 5. Família do parceiro 6. Rastreo da violência	Tipos de violência e como as mulheres entrevistadas a vivenciaram.	Violência
7. Isolamento Social 8. Autopercepção 9. Autoeficácia 10. Medo e insegurança 11. Sobrecarga emocional	Impactos da violência na vivência das mulheres entrevistadas.	Flagelos da violência
12. Apoio familiar 13. Apoio de amigos 14. Apoio em saúde mental 15. Apoio legal	Influência positiva de meios externos, como a família, amigos e instituições.	Mãos estendidas

Fonte: Elaboração própria

Apresentados os resultados da pesquisa, foi realizada a análise dos conteúdos comuns encontrados nas falas das participantes. Tal análise se dá através das categorias finais que foram propostas pelos pesquisadores com vistas a explorar, investigar, e compreender a temática da violência contra a mulher.

Violência

Esta categoria se propõe a contemplar os conteúdos relacionados às violências vividas pelas participantes da pesquisa que resultou neste artigo. Assim, apresentar-se-ão as definições de diferentes tipos de violência em concordância com a Lei Nº 11.340, Lei Maria da Penha, juntamente de trechos de falas das participantes que ilustram suas experiências.

O primeiro tipo de violência que acomete as entrevistadas a ser analisada é a violência psicológica, que em sua complexidade e multiplicidade de impactos na vida da vítima é descrita pela Lei Nº 11.340 como:

A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Brasil, 2006).

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Portanto devemos compreender que a violência psicológica é caracterizada a partir do momento em que o violentador, com comportamentos de cunho agressivo através das palavras, causa desconforto e/ou tensão psicológica na vítima. A participante Vera relata uma vivência desse tipo de violência no excerto: *“Precisava, porque a minha voz era sufocada. Ele me ameaçava. Se você contar para a minha mãe, se você contar para os meus parentes, se você contar para a minha irmã e contar para o teu pai, o que você passa aqui, eu vou fazer isso, isso, isso com você. Ou seja, ele me punha num pedestal lá em cima com os amigos dele, churrasco, ah, me punha no pedestal, como se eu fosse um troféu para ele. Falava, ah, minha mulher, minha companheira, vem aqui, gostosa, não sei quê. E ele está a falar com os amigos dele. E em casa ele é outra coisa.”* E complementa: *“Ele se acha um poder de controlar tudo e, na verdade, não controla nem a própria vida.”*

Outra forma de violência experienciada pelas mulheres entrevistadas é a moral, cujo intuito do agressor é violar a imagem da vítima perante o contexto social ao qual estão inseridos, e deve ser “entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (Brasil, 2006). Assim, apresentamos a fala da entrevistada Vera para ilustrar uma vivência desse tipo de violência: *“Ele xingava. Ele xingava, humilhava, falava mal de mim pra outras pessoas, a gente chamava de louca, a gente chamava de... (...) E eu nunca soube disso porque as pessoas nunca falavam, falavam num tom de brincadeira. Mas nunca falava real. E depois eu fui desconfiando das atitudes dele. Perante os amigos, perante... Ele nunca teve boa amizade com seu amigo dele. Mas as minhas, ele fez questão de apagar”.*

Nas entrevistas foram encontrados conteúdos que indicam a presença de violência patrimonial, em consonância com a Lei Maria da pena em seu Artigo 7º inciso IV que elucida: “entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (Brasil, 2006). As participantes Vera e Cecília relatam, respectivamente: *“estava passando por um processo muito difícil na minha vida, um processo que eu estava completamente dependente do meu marido, ele que era o dominador, ele pagava as contas, comprava as coisas e quando eu queria me cuidar era uma merrequinha, uns 10, 20 conto, toma, está aqui, pode se cuidar, 20, 10 conto não dá para nada, ainda mais uma mulher, por menos vaidosa que uma mulher pode ser, eu acho que não existe uma mulher menos vaidosa, existe aquela que tem condições de se cuidar e aquela que não tem, e faz com pouco para poder ficar bonita, então era complicado, falar de dinheiro para ele era muito complicado, sempre acabava em brigas, discussões e ele continua*

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

sendo autoritário, mas ele não é mais tão impulsivo, ele não é tão bruto porque eu não permito mais”; “Ele sempre queria conta conjunta para poder controlar e, assim, em alguns momentos ele falava, não, pode ir lá comprar, mas depois em outros momentos ele falava, por que você comprou? E brigava, achava ruim. Ele poderia comprar a cerveja dele, as coisas dele, mas quando era para eu comprar alguma coisa para minha filha ou para mim, em alguns momentos ele brigava, achava ruim”.

A violência física é compreendida como qualquer conduta que confronte a integridade ou saúde corporal (Brasil, 2006). É um tipo de violência que ocasiona marcas visíveis, passível de identificação, como compartilha a participante Maria *“eu tinha umas marcas roxas, no braço, nas pernas”*. Percebe-se através da narrativa das mulheres entrevistadas e da literatura, que a agressão física geralmente não é a porta de entrada da violência, uma vez que a vítima ainda não está fragilizada emocionalmente, sendo mais propícia a recorrer por meios de proteção do que quando violentada por outros meios que a torne mais vulnerável psicologicamente. Assim, compreende-se que *“a violência se inicia de uma forma lenta e silenciosa, que progride em intensidade e consequências. O autor de violência, em suas primeiras manifestações, não lança mão de agressões físicas, mas parte para o cerceamento da liberdade individual da vítima”* (Silva; Coelho; Caponi, 2007, p. 99.). No discurso da participante Cecília nota-se o desenvolvimento da violência: *“Ele foi demonstrado sutilmente, muito sutil (...) começou a denegrir ali moralmente o desrespeito, a minha pessoa, depois disso foi a parte física, onde ele quase quebrou um lado do braço”*.

Um outro tipo de violência identificada no discurso das entrevistadas advém da família do parceiro, que legitimam as violações do agressor e as deslegitimam, desencadeando complicações na ruptura da violência, uma vez que justifica abusos e cria uma narrativa que normaliza a opressão vivenciada. Viana e Costa (2024, p. 2843.) afirmam *“a subjugação das mulheres se reflete na dificuldade de buscar ajuda em situações de abuso, devido à pressão social para manter a estabilidade familiar, mesmo diante de violência física e emocional.”*. Identificamos tal violência através do discurso da participante Vera: *“Eu fui chamada de louca várias vezes pela família dele, aí, você está sendo louca, você está sendo dramática, ele é um rapaz tão bom, ele é trabalhador, ele é responsável, ele é isso, ele é bom pai..., mas e bom marido?”*.

Após análise e discussão dos tipos de violência vivenciados pelas participantes desta pesquisa, rastreia-se prováveis violações em contextos anteriores, considerado também como um possível fator contribuinte para a normalização de comportamentos hostis, que podem

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

fomentar o ciclo da violência. Este, por sua vez, se expressa em uma relação assimétrica, intercalada por tensões com pequenos conflitos iniciais, partindo para episódios agudos de violência e breves tréguas em sequência, fase final considerada como “lua de mel”, tornando a vítima cada vez mais vulnerável da situação (Njaine; Assis; Constantino, 2007). A participante Vera, relata: *“Tinha um homem desse em casa quando eu era criança, que era meu pai, então eu tomava as dores da minha mãe e eu me tornei uma adulta como a minha mãe, mas um pouco diferente (...) porque eu consegui enxergar que eu estava vivenciando o mesmo processo da minha mãe (...) antes eu achava que era normal. É normal. Normal, faz parte do casamento”*.

Flagelos da Violência

Mulheres que vivenciam situações de violência em seu cotidiano são impactadas em diversas esferas do existir, são expostas a sentimentos como medo, tristeza, insegurança e indignação e, também, dificulta-se o acesso à serviços de saúde juntamente com experiências de enxergarem-se e sentirem-se isoladas socialmente, culminando em acúmulo de vulnerabilidades que colaboram para a perpetuação do ciclo da violência já que o suporte social que fortaleceria essas mulheres é escasso devido à influência do violentador (Rodrigues *et al.*, 2024).

A nomeação da categoria que analisa os conteúdos referentes aos impactos da violência vivida por mulheres adultas vem da definição da palavra Flagelo, apresentada pelo dicionário *Oxford Languages* online: punição, castigo moral, aflição, angústia; grande desgraça ou dano pessoal ou coletivo. Portanto, através dos recortes de falas das participantes da pesquisa, a categoria final Flagelos da Violência propõem-se a investigar tais danos.

As três participantes trouxeram conteúdos relacionados a autopercepção e autoeficácia, portanto é notório o impacto na percepção das mulheres sobre si mesmas e suas capacidades, tal como significam o “eu” durante e após a vivência da violência, apontando para impactos na reformulação do aspecto subjetivo das mesmas. A Participante Vera relata: *“(...) pensa numa mulher desvalorizada, pensa uma mulher acuada, com medo de tudo, medo até de falar o que pensa. Eu me achava como se fosse uma história preto e branco, onde eu não tinha cor, não tinha vida. Me olhar no espelho, então, era uma coisa... o espelho estava ali, eu nem passava perto. Nem para lavar o rosto, assim, eu gostava de me olhar. Eu me sentia feia, suja. Sabe, desse jeito.”*; e complementa: *“E aí eu vivendo com esse homem assim, eu me sentia nula, eu chorava toda noite, enquanto ele dormia e roncava do meu lado”*.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Considerando autoeficácia como a percepção da pessoa “sobre sua capacidade de produzir determinado nível de performance que exerce influência sobre os eventos que afetam sua vida” (Bandura, 1994, p. 2, tradução nossa) podemos inferir, de acordo com os relatos das participantes da pesquisa, que a violência sofrida afetou como essas mulheres percebem a si mesmas e suas capacidades de interagir com o mundo, denotando uma fragilidade psicológica e senso de incapacidade e medo perante os acontecimentos da vida, o que impacta diretamente no comportamento delas.

Medo e insegurança foram dois sentimentos presentes nos relatos das entrevistadas, apontando para como a violência vivida fragiliza psicologicamente as mulheres e gera, recorrentemente, sentimentos negativos trazendo sofrimento e impactos na qualidade de vida das mesmas. A reincidência do comportamento violento gera marcas no construto psicológico das vítimas, que para além do medo e insegurança é indicativo da possibilidade de desenvolvimento de transtornos psicológicos como depressão, ansiedade e aqueles relacionados ao estresse (Bif *et al.*, 2024). A participante Vera declara: *“Era, era, por mais forte que eu seja como mulher, por mais forte que eu seja como pessoa, mas na hora H da ordem final era sempre a dele e eu sempre falava amém, amém para tudo, eu tinha medo de me impor, medo de pensar diferente dele, medo de até falar não concordo com isso, discordo disso...”* e complementa: *“Porque antes eu não tinha voz, então o medo me amedrontava tanto que eu não tinha voz. Então ele fazia de mim que bem entendia.”* Tais relatos da entrevistada colaboram para o entendimento de como a violência coloca a mulher um em local de apagamento das forças de si mesma, adentrando uma esfera de submissão ao poder do violentador e sentindo-se desamparada.

Analizando os diferentes sentimentos que se apresentam na vivência das mulheres que experenciam violência, uma categoria inicial proposta pelos pesquisadores é a nomeada Sobrecarga Emocional, pois considerando as temáticas discutidas acima neste artigo, nota-se o montante expressivo de sentimentos negativos e danosos para a qualidade de vida psicológica e social das mulheres entrevistadas.

Muitas vezes, as sequelas psicológicas do abuso são ainda mais graves que seus efeitos físicos. A experiência do abuso destrói a auto-estima da mulher, expondo-a a um risco mais elevado de sofrer de problemas mentais, como depressão, fobia, estresse pós-traumático, tendência ao suicídio e consumo abusivo de álcool e drogas (Day *et al.*, 2003, p. 16.).

Percebe-se, então, um volume de sentimentos surgidos das situações de violência que se acumulam aos sentimentos da vida cotidiana, e as mulheres são solicitadas a vivê-los, como bem pontua Vera em sua fala: *“Porque quando você passa por um processo de dor, que você*

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

só recebe dor, tristeza, dor, tristeza... Você nem enxerga a felicidade no teu caminho”, Cecília também relata um sentimento exacerbado na vivência da violência: “Envergonhada, acho que envergonhava sim, lá naquela etapa sim. (...) Era de vergonha e também assim, como eu não tinha contato com terapia, com nada, ele era tão manipulador que ele conseguia fazer com que eu me sentia culpada da situação que ele mesmo causava. Então demorou para eu entender tudo, né?”.

Os pesquisadores notaram que a sobrecarga emocional também contempla sentimentos referentes à maternidade mesclados às experiências de violência e o desejo de proteção dos filhos daquela situação danosa, com fins a evitar impactos psicológicos neles, a entrevistada Vera relata: *“Porque eu acho que a mãe em si, ela é proteção no filho, independente da violência que está ao redor. Então, se eu puder proteger o meu filho, eu o protejo. Se eu puder fazer alguma coisa por ele, tanto é que esse dinheiro veio em tão boa hora para mim que eu estou conseguindo realizar o sonho do meu filho. Ele está fazendo o curso que ele sempre quis fazer. Ele está fazendo TI.”*; ela também conta uma vivência de quando era jovem e tinha um pai violento com sua mãe: *“A minha mãe, várias vezes eu pegava as dores dela. Minha mãe vinha pro meu lado e falou, filha, me protege. Falei, como assim? Filha, me protege? Eu tinha, eu era uma pré-adolescente, 13, 14, 12 anos, vivendo isso. Então, uma mulher da idade que ela tinha, ela tinha menos de 40. Filha, me protege? É muito pesado isso.”*, elucidando como a violência entre pares transborda para a família nuclear e refletindo sobre como prefere tentar criar uma atmosfera saudável para o desenvolvimento pleno de seu filho; todavia essa postura protetiva também requer investimento psicológico, o que contribui para a sobrecarga emocional.

Através das investigações dos conteúdos que contemplam essa categoria dos flagelos da violência, foi notório o movimento dos violentadores de tentarem isolar as mulheres do seu convívio social. Entende-se que a socialização é questão constituinte da formação e da eficácia de uma rede de apoio, portanto dificultar o acesso das mulheres aos seus amigos, familiares e serviços públicos é maneira de torná-las mais vulneráveis e suscetíveis a episódios recorrentes de violência, tais ideias são discorridas no seguinte excerto:

No isolamento, com maior frequência, as mulheres são vigiadas e impedidas de conversar com familiares e amigos, o que amplia a margem de ação para a manipulação psicológica. O controle das finanças domésticas também se torna mais acirrado, com a presença mais próxima do homem em um ambiente que é mais comumente dominado pela mulher. A perspectiva da perda de poder masculino fere diretamente a figura do macho provedor, servindo de gatilho para comportamentos violentos (Vieira; Garcia; Maciel, 2020, p. 2).

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

A entrevistada Vera relata tal experiência: *“Ele foi me isolando, nossa, eu tinha amizades duradoras, daquelas que, vamos combinar pra ir numa viagem? Vamos. Vamos combinar pra ir num barzinho? Vamos, vamos. Sabe, era assim(...) Eu tinha amigas no tempo, tinha bastante, aos poucos ele foi dissipando todas elas.”*, assim como Maria, que também vivenciou esse impacto da violência, contribui: *“Como eu já senti quando morava em Minas. É uma coisa que você não sabe o que fazer, porque você está passando aquilo dentro de sua casa. Você não tem onde correr, ali pra ninguém, nem tinha parente. Lá só tinha a família dele, a mãe dele que morava perto, mas acobertava. Então assim, você ficava ali sofrendo, ficando em silêncio, porque não tinha o que fazer.”*. Observou-se através dos conteúdos relatados, portanto, um isolamento social forçado por parte do violentador, que fragiliza e vulnerabiliza as mulheres vítimas de violência para além da possibilidade de desenvolvimento de outras questões psicológicas, que em estudos relacionados ao isolamento social em época de COVID-19, a literatura aponta como possibilidade impactos psicossociais na saúde da população o medo, a ansiedade e a incerteza bem como uma maior prevalência de transtornos psicológicos associados ao estresse, como o TEPT, ansiedade, depressão e maiores taxas de suicídio (Tassara *et al.*, 2021).

A rede de apoio é imprescindível no enfrentamento às violências, essa relação será explorada na categoria final seguinte, nomeada mãos estendidas, e representada na fala da entrevistada Vera: *“quando estava nessas crises, de passar tudo sozinha, esse sufoco tudo sozinha, né? Porque nunca obtive ajuda de ninguém, eu mesma procurei”*, que reflete ausência de ajuda espontânea devido ao isolamento e solidão e o momento em que buscou ajuda.

Mãos estendidas

O apoio social pode ser compreendido como fundamental para o rompante do ciclo da violência, uma vez que a solidão e o isolamento são fatores que agravam a situação de vulnerabilidade (Vieira; Garcia; Maciel, 2020). Nesta perspectiva, compreende-se que a visibilidade concedida a uma mulher que está vivenciando a violência influencia a sua história, entendendo-se que, quanto mais apoio possui, mais ferramentas terá para refugiar-se do contexto violento. O apoio proporciona fortalezas emocionais, acolhendo e oferecendo proteção contra os flagelos da violência, capazes de gerar reflexões sobre a situação vivenciada, bem como orientações sobre os seus direitos. Assim, a categoria *Mãos Estendidas* propõe-se a transcorrer sobre o impacto do suporte externo nas vivências das mulheres entrevistadas.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

“A busca pelo apoio das famílias, anteriormente ao da instituição, é apontada como estratégia de autoproteção, a fim de evitar outra vitimização” (Santi; Nakano; Lettiere, 2010, p. 420.). Todavia, ofertar esse acolhimento demanda respeito e paciência, uma vez que tal situação requer consciência do ciclo da violência e do estado de vulnerabilidade da mulher, sendo um árduo processo até que ela consiga se desvincular por completo da relação, podendo até mesmo nunca conseguir. Assim, “os conselhos oferecidos por familiares, muitas vezes, podem ser interpretados de formas que agravam o sofrimento já causado pela situação, em vez de aliviá-lo, configurando-se como um fator prejudicial” (Santi; Nakano; Lettiere, p. 420, 2010).

Através do discurso de Cecília, evidencia-se o quanto receber apoio de sua família foi importante para adquirir proteção em sua vivência. Seu pai lhe dizia: *“Filha, a hora que você quiser, estamos aqui”*. Mesmo que ela não conseguisse se desvincular da relação, podia recorrer à casa de seus pais quando necessário, pois sabia que não estava completamente sozinha. Em contrapartida, Vera demonstra ter passado por uma situação diferente: cresceu em um ambiente hostil, ouvindo de seu pai: *“Você escolheu ficar com ele, ninguém te obrigou a ficar com ele. Você foi porque quis. Ninguém te mandou embora, você foi porque quis. Então, aguenta as suas consequências”*. Isso a manteve como responsável pelo contexto vivenciado, sem suporte familiar para recorrer quando necessário, encontrando-se em um cenário de isolamento perante os flagelos da violência.

“O isolamento é uma forma de violência em que o parceiro íntimo busca enfraquecer a rede de apoio da mulher, afastando-a do convívio social, proibindo-a de relacionar-se com familiares e amigos.” (Netto *et al.*, 2016, p. 1.). Nota-se, portanto, um desafio não só na forma como são acolhidas quando recorrem ao apoio familiar, mas também em um padrão de comportamento do violador que dificulta a busca por outros tipos de suporte, como o de amigos. Maria relata em sua entrevista: *“Eu não podia ir à casa das minhas amigas. Elas diziam ‘Vamos sair, vamos comer um lanche’, mas eu não podia. Se eu saísse do serviço para comer um lanche, estava fazendo algo errado”*. Por outro lado, depois que começou a residir somente com seus filhos, sem o violador, expressa: *“Às vezes eu chego do serviço onze horas por conta do caixa e eu não tenho problema de chegar e alguém discutir comigo porque eu não cheguei no horário (...) Ninguém me manda, ou ninguém me, tipo, me aprisiona ali”*, adquirindo maior constância de contato com suas amigas, sentindo-se mais amparada a quem recorrer quando necessário. Contudo, foram 12 anos vivendo em isolamento sob a mesma residência, uma realidade que ela considerava uma prisão.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Com isso, reconhece-se a importância do apoio em outras dimensões, como a saúde mental, oferecido por profissionais capacitados para uma escuta ativa e acolhedora, que evita qualquer forma de vitimização ou reducionismo. Esse suporte se baseia na compreensão profunda da vivência da mulher, identificando o contexto vivido e fornecendo orientações para sua proteção. “Os profissionais, homens e mulheres, devem estar capacitados para identificar a vítima de agressão, garantir uma escuta não julgadora e prestar todas as informações para que a denúncia e a posterior reparação possam ser buscadas pela vítima, se assim ela decidir” (Njaine; Assis; Constantino, 2007, p. 168.).

No discurso de Vera, que não contou com apoio familiar ou de amigos, notamos o impacto do apoio psicológico: *“A partir do momento que eu participei aqui da OSC é que eu soube viver como mulher e não como um bicho acuado, porque a gente se torna um bicho acuado (...) só quem vive isso mesmo sabe o que é, é você se sentir incapaz de pedir ajuda”*. Percebe-se também no discurso de Cecília: *“Como eu não tinha contato com a terapia, com nada, ele era tão manipulador que conseguia fazer com que eu me sentisse culpada pela situação que ele mesmo causava. Então demorou para eu entender tudo, né? (...) eu tive uma pessoa que, logo depois que eu decidi a separação, me acompanhou em terapia on-line (...) foi me dando bastante equilíbrio, toda a experiência que eu já tive, fui ganhando forças, fui ganhando forças, fui ganhando forças e entendendo, entendendo, pensando para poder tomar as decisões comigo”*.

As narrativas das mulheres entrevistadas revelam que a vivência da violência não gerou, de imediato, uma busca por respostas ou soluções, mas sim validação de seus sentimentos e formas de autoproteção. Dar visibilidade às suas histórias possibilita compreender o que cada mulher necessita naquele momento, favorecendo uma escuta atenta que, muitas vezes, identifica demandas que vão além da proteção física ou jurídica, como compreensão emocional, solidariedade e segurança contínua. Esses elementos podem ser vistos como parte de um processo de ressignificação do contexto vivenciado, contribuindo para o empoderamento da mulher, preparando-as para buscar apoio legal, uma vez que a fortalece e não a vitimiza.

No conjunto das ações de suporte e ajuda para as mulheres em situação de violência, identificamos desarticulações com o que realmente as mulheres esperam receber, que vai além das consequências imediatas dos atos violentos, incluindo compreensão, solidariedade, proteção e melhoria das condições econômicas (Santi; Nakano; Lettiere, 2010, p. 420.).

Nesse contexto, é fundamental que os profissionais que realizam acolhimento a mulheres em situação de violência possuam um conhecimento abrangente sobre a rede de serviços disponíveis. O trabalho multiprofissional é essencial para garantir que as mulheres

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

recebam um atendimento integrado e eficaz, realizando encaminhamentos necessários à sua proteção e garantia de direitos, destinando-as ao apoio legal. Conforme afirmado por Alcântara *et al.* (p. 1, 2024), “o cuidado integral possibilita que o profissional conheça a rede de apoio, orientando e encaminhando as mulheres aos serviços adequados, além de valorizar suas queixas e anseios”. No relato de Maria, destaca-se essa importância: *“Eu fiquei desesperada, liguei para a Marcia e tive bastante suporte, tendo até a medida protetiva puxada na DDM, fiquei andando com ela e falando com o pessoal para me ajudar”*, visualizando o mesmo no discurso de Cecília: *“através da ONG me passaram uma advogada e aí ela falou “você tem que denunciar”. Foi a primeira vez que eu tomei uma decisão de ir à delegacia da mulher”*.

De acordo com Adames, Bonfíglio e Becker (2018, p. 3.) “pensar sobre a mulher em situação de violência é o mesmo que mencionar um processo interacional, o qual não pode ser compreendido como uma produção individual, mas como uma trama de relações que envolvem todas as partes envolvidas”. Posto isso, a categoria *Mãos Estendidas* aborda a importância da construção de uma rede de apoio multidimensional, capaz de proporcionar às mulheres não apenas proteção legal, mas também a visibilidade de suas histórias, essenciais para a ressignificação da violência perpetrada, valorizando-as como seres de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise de conteúdo, as categorias de desfecho “Violência”, “Flagelos” e “Mãos Estendidas” proporcionaram uma compreensão abrangente da vivência subjetiva das mulheres vítimas de violência entrevistadas nesta pesquisa. A intersecção com a literatura e outras pesquisas permitiu vislumbrar um cenário que, embora seja delimitado por experiências individuais, revela uma desigualdade de gênero persistente, enraizada em uma sociedade patriarcal que legitima a dominação masculina, aumentando a vulnerabilidade das mulheres à violência e tornando uma questão de experiência trivial.

Os relatos das entrevistadas revelam que a violência causa sofrimentos para além do físico, abrangendo questões psicológicas, moral e patrimonial. Esses impactos afetam aspectos fundamentais de suas vidas, como a autopercepção e autoeficácia, desencadeando medo e insegurança, sobrecarga emocional e isolamento social, além de silenciá-las. Assim, como indica o título da pesquisa, “Sua fala, sua história: uma análise de conteúdo da experiência de mulheres em situação de violência”, explorar suas narrativas desloca-se para além da identificação de uma problemática questão social intrínseco à violência de gênero, perpassando

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

para a importância da escuta da história dessas mulheres, compreendendo categoria “Mãos Estendidas” como redes de apoio que as escuta, acolhe e gera possibilidade de caminhos para a busca do resgate de seus direitos.

A rede de apoio das entrevistadas, hora mais fragilizada e hora mais estruturada, mostrou-se pilar no enfrentamento da violência sofrida pelas mulheres pois atuou ofertando acolhimento, apoio psicológico, social e jurídico. A participação das entrevistadas na OSC foi marco na compreensão das mulheres sobre a situação por elas vivenciada, e também, de suma importância no enfrentamento da violência; bem como o apoio familiar e de amigos também mostraram-se fundamentais. Assim concluímos que as mãos estendidas para mulheres em situação de violência vão em contrapartida ao silenciamento e ao isolamento, ilustrando como o coletivo tem impacto positivo no manejo da violência experienciada.

Entende-se que o ciclo de violência é permeado por uma complexa combinação de manipulação, agressão, isolamento social e dependência econômica que afetam profundamente a identidade, a autonomia e a saúde mental das vítimas. Reconhecer os danos da violência, abordado na categoria “Flagelos” é crucial para fornecer um apoio integral coerente com a necessidade da história subjetiva da mulher, compreendendo que interromper um ciclo de violência é um processo que requer um ambiente no qual as mulheres possam ser escutadas, para assim reconstruir suas histórias com segurança.

Este trabalho atingiu os objetivos propostos, todavia sugere-se um maior aprofundamento nas questões de relação entre poder econômico e permanência da violência na vida das mulheres já que nas entrevistas realizadas as participantes não se aprofundaram em tal esfera da vivência da violência.

REFERÊNCIAS

ADAMES, B; BONFÍGLIO, S. U.; BECKER, A. P. S. Acolhimento psicológico para mulheres vítimas de violência conjugal. **Pesquisa e Práticas Psicossociais**, São João del-Re, v. 13, n.2, p. 1–12, 2018. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n2/12.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

ALCANTARA, P. P. T. de. Cuidado integral às mulheres vítimas de violência. **Ciência e Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 29, n.9, p. 1–12a, 2024. DOI: 10.1590/1413-81232024299.08992023. Disponível em: scielo.br/j/csc/a/QrCh6D3w4hVmzBnb6DbcvKB/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

ÁVILA, J. S.; AREOSA, V. C. A mulher em vulnerabilidade social e a relação com a violência familiar. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, p. 1–11, 2023. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/4821/4945>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BANDURA, A. Self-efficacy. **Encyclopedia of Human Behavior**. Nova York: Academic Press, 1994. v. 4, p. 71-81.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIF, S. M. et al., Impactos Psicológicos da Violência Contra a Mulher no Brasil: Uma Análise de 2013 a 2023. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [s. l.], v.6, n.8, p. 659-666, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n8p659-666. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2830/3063>. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 1.973, de 1 de agosto de 1996**. Regulamenta a Lei nº 1.973, de 01 de agosto de 1996, que Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: [D1973 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.. Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 03 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica**. 3. ed., Brasília (DF): Editora MS, 2012. Disponível em: [Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes : norma técnica \(saude.gov.br\)](http://saude.gov.br). Acesso em: 30 mar. 2024.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero feminismo e subversão da identidade**, 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DAY, V. P. et al. Violência Doméstica e Suas Manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, [s. l.], v. 25, p. 9-21, 2003. DOI: 10.1590/S0101-81082003000400003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rprs/a/5SdJkYSszKYNdzcftfbbRTL/?lang=pt#>. Acesso em: 27 out. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, F. M. C. *et al.* Associação entre a violência e as características socioeconômicas e reprodutivas da mulher. **Cadernos Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 279–289, set. 2021. DOI: 10.1590/1414-462X202129020387. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/6SRJ8Rq8TDVjCg3Fp4CvJfL/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 7–127.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e Patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 49-55, jan. 2006. DOI: 10.1590/S0102-71822006000100007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/VwnvSnb886frZVkpBDpL4Xn/?lang=pt>. Acesso em: 14 abril 2024.

NETTO, L. A. *et al.* Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: uma condição em redes sociais. **Escola Anna Nery**, [s. l.], v. 21, p. 1–8, 2017. DOI: 10.5935/1414-8145.20170007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/vmFS8554cXpP3NQKNyTkPPb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

Njaine, K.; Assis, S. G.; Constantino, P. Impactos da violência na saúde. **Editora Fiocruz**, Rio de Janeiro, p. 13–417, 2014. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7yzrw/pdf/njaine-9788575415887.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

OLIVEIRA, D. C. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: uma proposta de sistematização. **Revista Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 16.4, p. 569-576, 2008. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/upload/S/0104-3552/2008/v16n4/a569-576.pdf> Acesso em: 15 set. 2024.

PIOSIADLO, L. C. M; FONSECA R. M. G. S.; GESSNER R. Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher. **Escola Anna Nery**, [s. l.], v. 18, p. 728–733, 2014. DOI: 10.5935/1414-8145.20140104. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/LZGcmCkx8YzyqmdChrLFGMc>. Acesso em: 30 mar. 2024.

RODRIGUES, A. **Psicologia Social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

RODRIGUES, P. S. et al.. Domestic Violence Against Women: Experiences Of Primary Health Care Professionals. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [s. l.], v. 33, p. 1-13, 2024. DOI: 10.1590/1980-265X-TCE-2023-0403en. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/JNZBmB38RJdKGqxBWKGQTTJ/?lang=en#>. Acesso em: 21 out. 2024.

SANTI, L. N. de.; NAKANO, A. M. S.; LETTIERE, A. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 420, 2010. DOI: 10.1590/S0104-07072010000300002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/bbpb6CHP36p7MmdTn8C5CPw/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2024.

SILVA, L. L. DA.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. DE. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 93–103, 2007. DOI: 10.1590/S1414-32832007000100009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/9SG5zGMVt4VFDZtzbX97MkP/#>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.

SCHRAIBER, L. B. et al. **Violência dói e não é direito**: A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 11–177.

TASSARA, I. G. *et al.* Prevalência de sintomas psicológicos em tempos de isolamento social / Prevalence of psychological symptoms in times of social isolation. **Brazilian Journal of Health Review**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 1295–1309, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n1-112. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/23200>. Acesso em: 1 nov. 2024.

VIANA, D. S.; COSTA, M. S. M. A cultura do patriarcado no Brasil: da violência doméstica ao feminicídio. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 5, p. 2829–2845, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i5.13935. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13935/6974>. Acesso em: 20 out. 2024.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 23, p. 1-5, 2020. DOI: 10.1590/1980-549720200033. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tqcyvQhqQyjtQM3hXRYwsTn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2024.